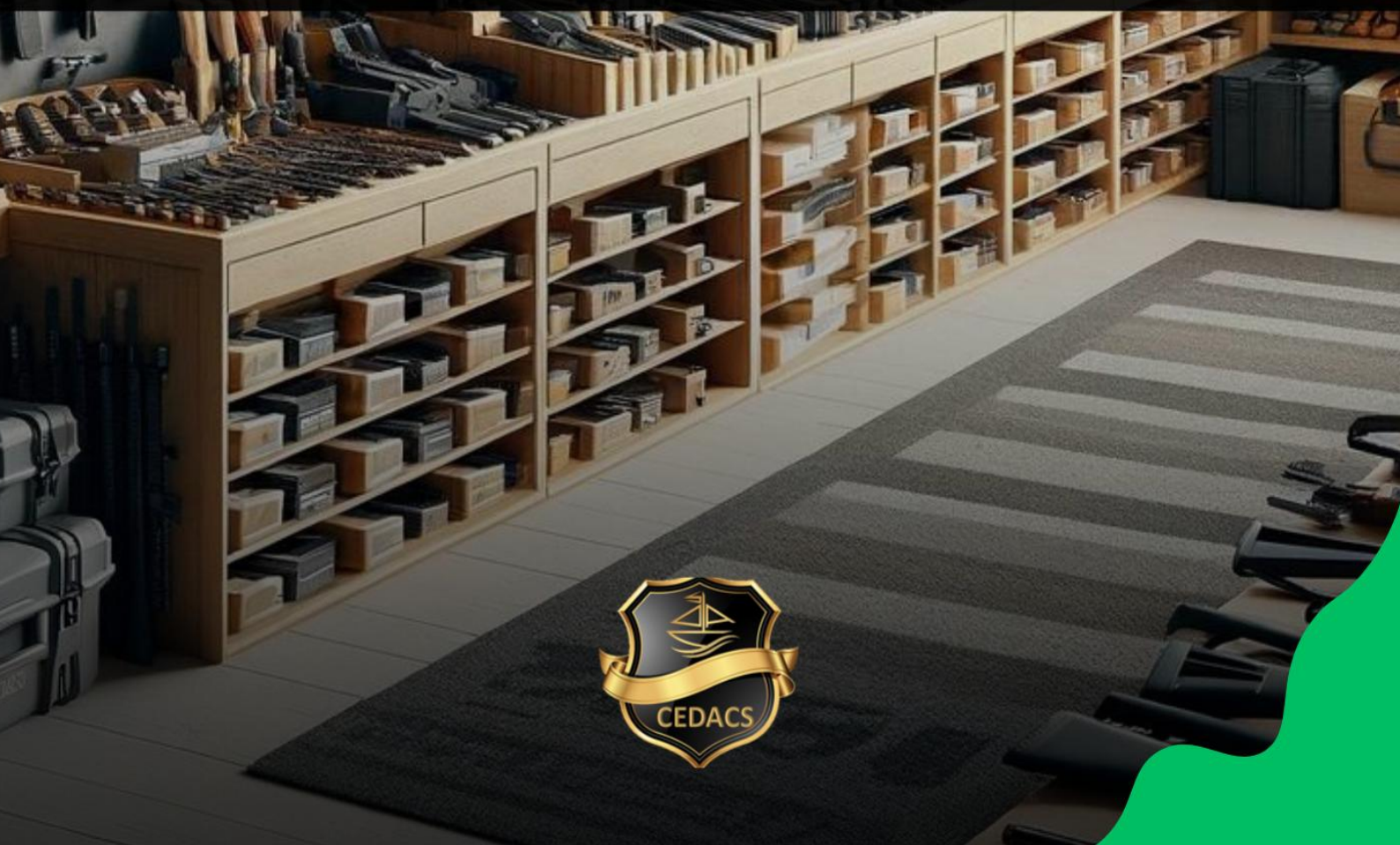




ESTATUTO DO DESARMAMENTO

10ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA





Nessa obra, abordaremos os principais **aspectos penais e processuais do Estatuto do Desarmamento**, instituído pela Lei 10.826/2003. Este é um dos temas de maior incidência de alteração legislativa, o que, por si só, recomenda constante e frequente **atualização**.



SUMÁRIO

Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS	07
1. Evolução legislativa	07
2. Objeto jurídico.....	08
3. Objetos materiais	09
4. Lei penal incompleta – norma penal em branco heterogênea.....	09
5. Sujeitos dos crimes.....	09
6. Ação penal.....	09
7. Crimes de perigo abstrato	10
7.1 A questão da [in]constitucionalidade dos crimes de perigo abstrato	10
7.2 A questão da [a]tipicidade material de certas condutas pela incidência do princípio da insignificância	10
7.2.1 Arma desmuniçada.....	10
7.2.2 Arma desmontada ou estragada	10
7.2.3 Posse de pequena quantidade de munição	10
8. Classificação dos crimes quanto ao momento consumativo	11
9. Competência	12
10. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	12
11. A questão da absorção dos crimes do Estatuto por outras infrações penais	12
12. Excludentes de ilicitude e os crimes do Estatuto do Desarmamento	13
13. Classificação jurídica dos crimes.....	13
Capítulo II - CRIMES EM ESPÉCIE	16
Seção I - Posse irregular de arma de uso permitido	16
1. Objeto jurídico	16
2. Objetos materiais	16
3. Sujeito ativo	16
4. Tipo objetivo	16
5. Elemento subjetivo	17
6. Consumação.....	17
7. Tentativa	18
8. Incidência da Lei 9.099/95	18
9. Prisão em flagrante	18
10. Benefícios penais.....	18
11. Acordo de não-persecução penal.....	18
12. Classificação jurídica	18
Seção II - Omissão de cautela	19
1. Modalidades típicas	19
2. Objeto jurídico	19
3. Objeto material.....	19
4. Sujeitos da infração.....	19
5. Tipo objetivo	19
5.1 Tipo básico – Omissão de cautela (“caput”)	19
5.2 Tipo equiparado – Omissão de comunicação (parágrafo único)	20
6. Elementos normativo e subjetivo	20
7. Consumação.....	20
8. Tentativa	20
9. Incidência da Lei 9.099/95	21
10. Classificação jurídica	21
Seção III - Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido	21
1. Objeto jurídico	21
2. Objetos materiais	21
3. Sujeito ativo	21
4. Tipo objetivo	22
5. Elemento subjetivo	22
6. Consumação.....	22
7. Tentativa	23
8. Afastamento da Lei 9.099/95.....	23
9. Inafiançabilidade declarada inconstitucional	23
10. Prisão em flagrante	23
11. Classificação jurídica	23

Seção IV - Disparo de arma de fogo ou acionamento de munição	24
1. Evolução legislativa	24
2. Objeto jurídico	24
3. Objetos materiais	24
4. Sujeito ativo	24
5. Tipo objetivo	25
6. Elemento subjetivo	26
7. Consumação.....	26
8. Tentativa	26
9. Afastamento da Lei 9.099/95.....	26
10. Inafiançabilidade declarada inconstitucional.....	26
11. Prisão em flagrante	26
12. Classificação jurídica	27
Seção V - Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito	27
Subseção I - Disposições gerais	27
1. Modalidades típicas	27
2. Objeto jurídico	27
3. Objetos materiais.....	27
4. Sujeito ativo	27
5. Elemento subjetivo	27
6. Consumação e tentativa	27
7. Afastamento da Lei 9.099/95.....	28
8. Vedação à liberdade provisória	28
9. A questão da hediondez	28
Subseção II - Tipo básico	29
1. Condutas nucleares.....	29
2. Tipo misto alternativo.....	29
3. Posse irregular e porte ilegal no mesmo tipo	29
4. Diferença entre posse irregular e porte ilegal	29
5. Elementos normativos do tipo.....	30
6. Consumação.....	30
7. Tentativa	30
8. Classificação jurídica	30
Subseção III - Tipos equiparados	31
Figura 1 - Supressão ou alteração de marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato	31
1. Condutas nucleares	31
2. Tipo misto alternativo.....	31
3. Bem jurídico indireto	31
4. Posse ou o porte da arma “alterada”	31
5. Crime não-transeunte.....	31
6. Classificação jurídica	31
Figura 2 - Modificação das características da arma de fogo	32
1. Conduta nuclear	32
2. Elemento subjetivo especial	32
3. Bem jurídico indireto	32
4. Classificação do crime quanto ao resultado naturalístico	32
5. Objeto material.....	32
6. Especialidade do tipo.....	32
7. Concurso de crimes	33
8. Classificação jurídica	33
Figura 3 - Posse, detenção, fabricação ou emprego de artefato explosivo ou incendiário	33
1. Condutas nucleares	33
2. Tipo misto alternativo.....	33
3. Concurso de crimes	33
4. Classificação jurídica	34

Figura 4 - Porte, posse, aquisição, transporte ou fornecimento de arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal e identificação raspado, suprimido ou adulterado	35
1. Condutas nucleares	35
2. Tipo misto alternativo.....	35
3. Distinção das figuras dos incisos I e IV.....	35
4. Classificação da arma de fogo.....	35
5. Posse ou o porte da arma “alterada” pelo mesmo agente.....	35
6. Não caracterização de crime hediondo	35
7. Classificação jurídica	36
Figura 5 - Venda, entrega ou fornecimento de arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente	36
1. Condutas nucleares	36
2. Tipo misto alternativo.....	36
3. Sujeito passivo	36
4. Conhecimento da condição do sujeito passivo.....	36
5. Ausência da exigência de habitualidade	36
6. Conflito aparente com o ECA.....	36
7. Classificação jurídica	37
Figura 6 - Produção, recarga, reciclagem e adulteração de munição ou explosivo	37
1. Condutas nucleares	37
2. Tipo misto alternativo.....	37
3. Configuração.....	37
4. Crime não-transeunte.....	37
5. Classificação jurídica	37
Subseção IV - Tipo qualificado	38
1. Evolução legislativa	38
2. Razão de ser da alteração legislativa.....	38
3. Reflexos penais	38
4. Objeto material.....	38
Seção VI - Comércio ilegal de arma de fogo	39
1. Evolução legislativa	39
2. Objeto jurídico	39
3. Objetos materiais	39
4. Sujeito ativo	39
5. Tipo objetivo	40
5.1 Tipo básico – Comércio ilegal (“caput”)	40
5.2 Tipo derivado – Venda ou entrega a agente policial disfarçado (§2)	40
6. Elemento subjetivo	42
7. Consumação.....	42
8. Tentativa	42
9. Afastamento da Lei 9.099/95.....	42
10. Afastamento do acordo de não-persecução penal	42
11. Crime hediondo.....	42
12. Vedação à liberdade provisória.....	43
13. Prisão em flagrante	43
14. Classificação jurídica	43
Seção VII - Tráfico internacional de arma de fogo	43
1. Evolução legislativa	43
2. Fundamento convencional.....	44
3. Objeto jurídico	44
4. Objetos materiais	44
5. Sujeito ativo	44
6. Tipo objetivo	44
6.1 Tipo básico – Tráfico internacional (“caput”)	44
6.2 Tipo derivado – Venda ou entrega a agente policial disfarçado (parágrafo único)	45
7. Elemento subjetivo	46
8. Consumação.....	46
9. Tentativa	46
10. Afastamento da Lei 9.099/95.....	46
11. Afastamento do acordo de não-persecução penal	47

12. Crime hediondo	47
13. Vedação à liberdade provisória	47
14. Prisão em flagrante	47
15. Competência	47
16. Classificação jurídica.....	47
Capítulo III - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	48
Seção I - Causas de aumento de pena	48
1. Natureza jurídica	48
2. Majorante do art. 19	48
3. Majorante do art. 20.....	48
4. Majorante do art. 21-A	48
4.1 Origem legislativa	48
4.2 Âmbito de incidência	48
4.3 Hipóteses de incidência	49
4.4 Quantum de aumento	49
4.5 Natureza jurídica e irretroatividade.....	49
4.6 Reflexos sobre o princípio da consunção — absorção do porte pelo tráfico	49
4.7 Relação com o acordo de não-persecução penal.....	49
Seção II - Vedação à liberdade provisória	50
1. A declaração de inconstitucionalidade pelo STF	50
2. A vedação legal remanescente — art. 310, §2º, CPP	50
3. A lacuna normativa em relação à arma de uso proibido.....	50
4. Crimes hediondos e a inafiançabilidade.....	51
Obras consultadas e/ou citadas	52